

8. A análise da negação de acordo com a gramaticalização

Tomando a noção de gramaticalização como referência, admite-se, de início, que os processos de inovação e mudança linguísticas, no qual morfemas mudam de estatuto gramatical passando de itens lexicais a itens funcionais, podem ser descritos por meio das seguintes etapas (HOPPER; TRAUGOTT, 1993):

(33) a. item lexical > b. item gramatical > c. clítico > d. afixo

Propomos, no entanto, que é possível, com base na distinção entre etapas que envolvem conteúdo e etapas que envolvem a forma, dividir os estágios do ciclo acima em dois grupos de subestágios, o que permite gerar a proposta repetida a seguir:

(34) A. item lexical > item gramatical.
B. forma plena > clítico > afixo.

Por outro lado, as observações feitas a propósito do ciclo de Jespersen parecem indicar que é possível analisar este ciclo de forma a reduzi-lo a um processo de gramaticalização como apontado em (33) ou (34). O desaparecimento das partículas pré-verbais pode ser visto como o estágio zero, posterior ao estágio (d) de (33), também previsto por Hopper e Traugott. Vem ao apoio dessa proposta o fato de itens de natureza lexical poderem adquirir valor negativo

diacronicamente e se tornarem, assim, itens gramaticais, ou, nos termos da Gramática Gerativa, itens funcionais. Vejamos alguns exemplos de processos de gramaticalização que envolvem a formação de itens de valor negativo e como sua trajetória pode ser descrita pelo ciclo de Jespersen.

Um dos casos mais estudados é o dos itens negativos do francês. Como se sabe, o francês dispõe de itens-N como “*pas*”, gerado a partir do nome “*pas*” que significa passo (< lat. *passu* (m)), e outros, menos usados, como “*mie*” (< lat. *mica* (m) ‘migalha’); “*point*” (< lat. *punctu* (m) ‘ponto’); “*goutte*” (< lat. *gutta* (m) ‘gota’); além disso, essa língua conta com os nomes negativos “*rien*” (< lat. *res nata* ‘coisa nascida’) ‘nada’) e “*personne*” (< lat. *persona* ‘ninguém’) e advérbios negativos como jamais ‘*jamais*’, “*aucunement*” e “*nullement*” ‘de nenhuma maneira’ e “*guère*”, que equivale a dificilmente.

O nórdico antigo pode também ser utilizado para ilustrar o ciclo de Jespersen e a evolução dos itens de valor negativo. Observe-se o exemplo abaixo (EYTHÓRSSON, 2002, p.194):

(35) *Ef Gunnarr ne kœmr=að*

Se Gunnarr neg vier-pres.3sg=neg

Se Gunnarr não vier

O item pré-verbal “*ne*”, que posteriormente se torna opcional e é eliminado, é reforçado pelo item negativo pós-verbal “*að*” que, historicamente, pode ter sido derivado de um advérbio o qual significa sempre (*ever*) ou sempre qualquer coisa (*ever anything*), isto é, **aiwa* ou **aiwa-wehti*, ou então do numeral que significa um (*one*): **aina*/**ainata*.

O processo continua no nórdico de maneira que a negação pós-verbal é substituída por “*eigi*” que significa não um ou de todo (*no one/at all*) e é essa última forma que dá origem às partículas ne-

gativas das línguas escandinavas contemporâneas: “*ikke*” em dinamarquês e norueguês; “*ekki*” no islandês; “*ikki*” no feroês; e “*ekkje*” em dialetos do norueguês (EYTHÓRSSON, 2002, p.217).

Como já dito, vale a pena também chamar a atenção para o fato, como já colocamos em relação à formação do futuro na seção 4, de que não são apenas as línguas indo-europeias que se submetem à evolução prevista pelo ciclo de Jespersen. Devos *et alii* (2010:7) analisam o kanincim, uma língua bantu, na qual a expressão da negação pode contar com dois ou três elementos. No exemplo abaixo, a partícula negativa “*ká*” é reforçada por “*-áp*”, originalmente, um locativo (também usado para significar um pouco), e por “*kwénd*”¹¹⁹:

- (36) (mvûl) *Kà-nák-ááη-áp kwénd*
 (chuva) NEG-SBJM-chuva-TAM NEG
 Não está chovendo

O item-N “*kwénd*”, de origem pronominal, é usado para marcar o foco contrastivo, como no exemplo abaixo (DEVOS *et alii*, 2010, p.10):

- (37) *à-y-á kw-énd*
 SBJM-ir-subjunc NEG (para SBJM.poss)
 Ele deveria ir (=ele não deveria fazer outra coisa)

Comentemos, enfim, os casos do português do Brasil e do português arcaico. Como é notório, na nossa língua, a partícula pré-verbal *não* (ou suas equivalentes reduzidas como *num*, *nu* e *n'* (SOUSA; VITRAL, 2010) faz-se acompanhar por itens negativos pós-verbais, constituídos pela forma plena “*não*” ou por expressões ne-

119 NEG= negativo (*negative*); SBJM=marcador de sujeito (*subject marker*); TAM= tempo, aspecto e modo (*tense, aspect e mood*); subjunc=subjuntivo (*subjunctive*); poss=possessivo (*possessive*)

gativas, bastante variadas, compostas por nomes, quantificadores, advérbios e outros itens. Os exemplos seguintes ilustram a riqueza da criação de itens de valor negativo no português do Brasil (ROCHA, 1992):

- (38) Maria não viajou não/ coisíssima nenhuma/ porcaria nenhuma; ele não tem um tostão furado; eu não entendi pataviva/piccas desse filme; ninguém sabe porra/bosta/merda nenhuma disso; ele não falou gato; você não tem um pingo de educação; a Marta não me dá a mínima (bola); ninguém aqui bebe uma gota; ela não fez ISSO (acentuado) pra me ajudar; não posso ficar nem mais um minuto com você (A. Barbosa); nenhum aluno disse uma palavra; você não vai sair daqui nem fudendo/pagando/a pau; você não vai sair nem que a vaca tussa.

O que ocorreu no português arcaico é também relevante já que aponta, muito claramente, que, em sincronias diferentes, a natureza dos itens-N pode se alterar. No português de Portugal contemporâneo, considerado, de acordo com a nomenclatura proposta por Zeijlstra (2004), uma língua de concordância negativa não estrita, o verbo flexionado não pode ser precedido, conjuntamente, pela partícula “não” e por outros itens-N:

- (39) a. * Ninguém não disse isso.¹²⁰
 b. Nunca ninguém pensou em acusá-lo

O português arcaico, no entanto, permitia a coocorrência de formas negativas como *nom/nã/não* e de outros itens-N em posi-

120 Em alguns dialetos do português do Brasil, como na região do triângulo mineiro, orações como (39a) são, no entanto, bem formadas, sobretudo se ocorre uma das formas reduzidas de *não*.

ções pré-verbais. Observem-se os exemplos de Gil Vicente, do século XVI (POLÁŠEK, 2010, p.5):

- (40) a. Já ninguém não se preza da vitória em se salvar.
 b. Nem as cabras não nas vi...

Said Ali (1971) igualmente já destacava esse tipo de exemplo do século XVI (MATTOS E SILVA, 1990):

- (41) a. Nem eu nom vos faço prazer.
 b. Nenhum nom lhe soube dizer

Também em italiano e espanhol, estruturas como (40) e (41) eram produtivas (MEILLET; VENDRYES, 1948 [1906]), e subsistem, como se sabe, no francês escrito.

Os exemplos acima podem, assim, ser compreendidos se considerarmos que a alternância de formas negativas pré e pós-verbais, descritas pelo ciclo de Jerpersen, deve-se aos processos de gramaticalização que reduzem formas pré-verbais, as quais ingressam nos estágios (c) clítico e (d) afixo de (33), e “recrutam” novos itens, no mais das vezes, como apontamos, advérbios, nomes e pronomes indefinidos, os quais se esvaziam de seus traços semânticos originais, adquirem traço semântico negativo, passando, com isso, do estágio (a) item lexical de (33) ao estágio (b) item gramatical de (33).

Além de questões de fundamentação teórica, que exploraremos adiante, nossa descrição dos fatos exige ainda, pelo menos, um encaminhamento a respeito do estatuto dos itens-N pré-verbais em relação aos estágios dos processos de gramaticalização previstos por (33). A origem remota de itens como “*ne*” do inglês arcaico ou “*nōn*” do latim é difícil de ser precisada, ou seja, o estágio (a) de (33); nesses casos, pode ser tão remota que se torna difícil recupe-

rá-la. Jespersen (1971, p.479) adianta a especulação de que a forma “ne” era, no indo-europeu, uma interjeição que exprimia repugnância. Há evidências, por outro lado, que a partícula “nōn” do latim clássico é originária do seguinte ciclo: *nōn* < *nē* + **oinom* = *ūnum* (não (mesmo) um). Adiantando possibilidades de articulação entre as duas perspectivas de análise que nos ocupam, o que desenvolveremos mais em detalhes na seção 9, pode-se considerar que a partícula “nōn” do latim clássico se comporta como um especificador da categoria negativa no latim clássico, passando a funcionar como núcleo somente no latim tardio (GIANOLLO, 2015). No caso de “not”, sabemos também, como já dissemos, que teve como fonte o pronome indefinido “nāwihit” que significava “nothing” (nada); também neste caso, como vimos, “not” inicia seu percurso ocupando a posição de especificador, adquirindo o estatuto de núcleo posteriormente (FRISCH, 1997).

Retomando agora a ideia de que os itens-N são de natureza diferente – utilizamos, heurísticamente, os termos forte e fraco para designar essa diferença – como podemos entender a alternância das palavras-N em posições pré e pós-verbais, como previsto pelo ciclo de Jespersen?

Levemos em conta inicialmente a intuição de que forte e fraco diz respeito à “carga negativa” do item. Diremos, assim, que os elementos fortes têm “carga negativa” mais intensa enquanto os elementos fracos apresentam “carga negativa” menos intensa. É desejável, evidentemente, que tentemos explicitar o que pode ser entendido por “carga negativa” mais ou menos intensa.

Parece-nos que itens-N fortes como não, “not” (do inglês de nossos dias) ou “pas” devem ser classificados como fortes porque são exclusivamente negativos, ou, dito de outra maneira, apenas o traço [NEG] consegue descrever suas propriedades semânticas e formais; por outro lado, itens-N como nunca, “personne” ou “no-

thing” são fracos devido ao fato de podermos fatorar suas propriedades semânticas e formais em mais de um traço, ou seja, além do traço [NEG], esses itens dispõem de outras propriedades que podem ser expressas pelos traços de [tempo]; [pessoa]; [indefinido], e outros¹²¹.

Aplicando essa proposta aos processos de gramaticalização, diremos que os itens-N fracos, caracterizados por mais traços além do traço [NEG], apresentam a propriedade de persistência, observada por HOPPER (1991, p.22), isto é, preservam ainda propriedades oriundas de sua fonte lexical; ao passo que os itens-N fortes, que se encontram mais avançados no que concerne à sua trajetória como itens negativos – foi o que vimos acima em relação a “not” e “nōn”, do latim, – já perderam inteiramente suas propriedades lexicais originais.

É interessante observar também que, na medida em que um item-N forte pré-verbal adentra o estágio (c) clítico do processo de gramaticalização, sua capacidade negativa parece também se reduzir, ou, dito de outra maneira, é o item-N pós-verbal que passa a ser sentido pelos falantes como o constituinte que tem, de fato, o papel de negar a proposição. Parece, assim, haver concomitância, ainda que nem sempre com a regularidade que se espera (VITRAL; RAMOS, 1998) envolvendo o “esvaziamento” semântico e a redução de forma¹²². É o caso, por exemplo, das partículas negativas pré-verbais do francês (ASHBY, 2001; HANSEN, 2013; ARMSTRONG e

121 A análise de Zeijlstra (2004) sobre palavras-N como *nothing* e *nobody* parece ter a mesma inspiração. Esse autor discute quais seriam os traços que definem as propriedades desses itens, concluindo tratar-se de indefinidos.

122 Essa é, como vimos, uma das razões para a proposta (34) que divide os estágios de Hopper e Traugott (1993) em dois grupos de estágios. Em Vitral e Ramos (1998), constatou-se que ocorre dissociação entre os estágios que retratam a inovação de conteúdo com os estágios que colocam em jogo a redução de forma.

SMITH, 2002), de dialetos do italiano e das línguas reto-românicas (ZANUTTINI, 1997; GARZONIO e POLETTTO, 2009) e mesmo do português do Brasil, que dispõe de formas reduzidas como “num”, “nu” e “n-“ (SOUSA e VITRAL, 2010). Em todas essas línguas, a ocorrência das formas reduzidas pré-verbais favorece fortemente a presença de itens-N pós-verbais. Vem em apoio ainda a essa visão dos fatos o fenômeno do “ne” expletivo ou redundante do francês que mostra o estágio final da dessemantização previsto pela noção de gramaticalização. Segundo Muller (1984), nos contextos em que o “ne” expletivo aparece, são os verbos (ou as preposições) que retêm o valor negativo do enunciado (STAUF, 1928; MARTIN, 1992).

Visto como a alternância de itens-N em posições pré e pós-verbais é abordada pela noção de gramaticalização, a tarefa que surge é explicar a que se deve a redução e a dessemantização das partículas negativas pré-verbais e a concomitante e gradual captação de novas palavras-N, ocupando, de início, uma posição pós-verbal, a fim de exercer o papel de negar a proposição. Em outras palavras, trata-se de encontrar a que se devem esses processos, ou seja, de buscar uma hipótese explicativa, com, portanto, valor nomológico, para o fenômeno da gramaticalização.

Com vistas, então, a avançar nessa direção, observemos, inicialmente, que, mesmo nas análises gerativistas, não passou despercebido o fato de que não parece haver equivalência semântica completa quando se compararam construções negativas com uma única partícula negativa pré-verbal com as construções com duas palavras negativas – uma pré-verbal e outra pós-verbal. Zanuttini (1997, p.99 [tradução nossa]) propôs, por exemplo, dividir as construções negativas em dois grupos:

(42) a. Marcadores negativos pressuposicionais, os quais negam uma proposição que está presente no discurso.

b. Marcadores negativos não pressuposicionais, os quais negam uma proposição que não apresenta estatuto discursivo particular¹²³

Normalmente, o primeiro tipo de construção em (42) veicula, de maneira bastante nítida, conteúdos de natureza pragmática. Os exemplos com dois ou mais itens-N do português do Brasil, listados em (38), atestam, com bastante clareza, o exercício da função expressiva da língua. Aprofundemos, então, o tema da contribuição pragmática das construções negativas.

É preciso ter em mente, em primeiro lugar, que a função expressiva do fenômeno esteve sempre em relevo nas análises propostas em várias perspectivas. Veja-se, por exemplo, a afirmação de Kröll (1952, p.3) de que a negação múltipla, “sobretudo, na linguagem popular, é um tipo frequentíssimo de negação, testemunhando grande abundância de afecto.” Em análises contemporâneas do fenômeno, como nos mostra Schwenter (2005, p.1429), é comum depararmos com a classificação da dupla negação como “enfática” ou “reforçadora”, o que já era previsto pela descrição original de Jespersen, e também “contrária à expectativa” (FURTADO DA CUNHA, 1996) ou “pressuposicional” (SCHWEGLER, 1991; RONCARATI, 1999). Nessa última classificação, encontramos a tentativa de nomear conteúdos de natureza pragmática já apontados também por Givón (1979, p.109) quando afirma que “construções negativas são consistentemente mais marcadas em termos de pressuposições discursivo-pragmáticas¹²⁴”.

123 “a. *Presuppositional negative markers, which negate a proposition that is assumed in the discourse.* b. *Non-presuppositional negative markers, which negate a proposition that does not have a special discourse status.*”

124 “*negatives are consistently more marked in terms of discourse-pragmatic presuppositions.*”

É retomado de Vitral (2015) parte do que se segue nesta seção, visando a explicitar os conteúdos pragmáticos veiculados pela negação; assim, partimos da distinção entre negação interna e externa (DAHL, 1979; RAJAGOPALAN, 1982; HORN, 1989). Quando é considerada interna, a negação tem o papel de inverter o valor de verdade de uma proposição, ou seja, uma oração (O1) é convertida em outra (O2) de maneira que O2 é verdadeira se O1 é falsa ou vice-versa. Vejamos os exemplos de Dahl (1979 *apud* SOUSA, 2012, p.35):

- (43) a. It is not raining.
b. It is false that it is raining.
c. It is not the case that it is raining.

As orações em (43) são orações negativas de acordo com a definição proposta. Porém, (43a) se distingue de (43b) e (43c) por não conter uma oração subordinada, o que faz com que as duas últimas sejam mais bem definidas, na realidade, como denegação. Nesse caso, que podemos chamar de externa, a negação não nega simplesmente o evento, mas também a verdade de um conteúdo implícito, suposto pelo falante, que é a avaliação do interlocutor de que está chovendo. Vejamos a seguir como se pode aplicar essa proposta à análise das construções negativas que apresentam mais de um item-N.

Na análise de Schwenter (2005), que adota o modelo de Price (1992), e se ocupa das propriedades pragmáticas do fenômeno da ocorrência de mais de um item-N numa oração, a conhecida dicotomia entre elemento dado e novo é determinante no emprego bem formado da negação simples e de mais de um item-N. Segundo o autor, a ocorrência de uma palavra negativa numa posição pós-ver-

bal, precedida por uma partícula negativa pré-verbal, é bem sucedida em contextos como o seguinte:

(44) Falante A: Você desligou o fogão, né?

Falante B: Nossa! **Não** desliguei **não**!

Em casos como (44), está implícito, como informação dada, que o falante B desligou ou deveria ter desligado o fogão e é exatamente esta crença do falante A que é negada pelo recurso da negação dupla. A negação neste tipo de ocorrência mostra-nos, assim, a incidência da instância subjetiva, já que se trata de o falante se dirigir ao ouvinte no intuito de infirmar o que este pressupõe como fato. Assim, a ocorrência de mais de um item-N, de acordo com Schwen-ter, não poderá ser bem formada em casos como o que está abaixo, situado no contexto que descrevemos entre colchetes:

(45) [a falante caminha pela rua e de repente se lembra de que ela se esqueceu de desligar o fogão]

Nossa! (Eu) não desliguei o fogão (#não)!

Como o enunciado é uma voz interna, dirigida à própria falante, o que o definiria como informação nova, o uso da segunda ocorrência da negação não é bem-sucedido.

Além da informação considerada elemento dado, Schwen-ter admite também que a segunda ocorrência da negação pode ainda ocorrer em contextos nos quais um conteúdo é inferido pelo falante. Veja-se um exemplo:

(46) [O falante vê o interlocutor pegando um casaco que é muito pesado para a temperatura]

Não tá muito frio não!

Em (46), o falante denega, na realidade, a crença de seu interlocutor de que está muito frio.

Independentemente da discussão acerca de quais outros contextos admitem a ocorrência de mais de um item-N, a proposta de Schwenter tem o mérito de tentar explicitar a intuição persistente, em vários trabalhos, de que o emprego da negação está estreitamente relacionado com conteúdos pragmáticos ou não exclusivamente gerados composicionalmente pelos itens da proposição que se enuncia.

Sousa (2012) questiona os dados de Schwenter afirmando que, embora a ocorrência de mais de item-N ocorra com mais frequência quando paira uma informação dada, também seria possível o emprego dessa estrutura em contextos nos quais teríamos informação nova, como na seguinte ocorrência:

- (47) a. Tentei te ligar ontem, mas você não atendeu.
 b. Meu celular não tá funcionando não.

Considerando que tanto a avaliação dos dados de Schwenter quanto a de Sousa estão corretas e reaproveitando a ideia do ciclo de Jespersen, adotamos, em Vitral (2015), a proposta de que a presença de dois itens-N, como nos exemplos que acabam de ser discutidos, com a multiplicidade de expressões negativas inovadoras e a redução de partículas negativas pré-verbais, é processual e retratável por meio das etapas nas quais essas construções tendem à neutralização no que concerne aos conteúdos pragmáticos. Na nossa visão, tudo se passa como se segue:

Etapas (1): no momento da instalação de uma expressão negativa inovadora, juntamente com outra partícula negativa pré-verbal, a interpretação da estrutura inclui conteúdos pragmáticos,

como foi o caso nas ocorrências descritas por Schwenter (2005) por meio das noções de elemento dado e proposições inferidas. Há, neste caso, especialização das estruturas negativas na medida em que a negação simples é reservada para os contextos de elemento novo e ausência de conteúdos inferidos.

Etapa (2): no momento seguinte, na medida em que são usadas também para contextos de informação nova, as construções com negação dupla passam a variar com aquelas que contêm negação única, neutralizando a distribuição observada por Schwenter. Como se percebeu, o ambiente está criado para que possa haver um processo de variação e mudança que, afinal, somos obrigados a reconhecer.

Na nossa descrição dos fatos, é importante ter em mente também que o fato de Sousa (2012, p.73) ter apontado que a estrutura com duas ocorrências não ocorrer com mais frequência em contextos de informação dada é um índice relevante para considerar que a neutralização dessa estrutura é posterior ao estágio em que era condicionada por aspectos pragmáticos.

É fundamental destacar, enfim, que é apenas na etapa inicial do processo que uma expressão que participa de uma estrutura com dois itens-N tem o poder de incitar conteúdos pragmáticos, ou, em outras palavras, é apenas no momento em que são reconhecidas como formas inovadoras que essas expressões dispõem de valor pragmático.

Nossa descrição dos fatos ajuda a entender a razão da profusão de expressões com mais de um item-N na nossa língua e nas línguas em geral. Ora, na medida em que essas expressões negativas perdem seu estatuto inovador, estas neutralizam-se e adentram o

padrão da língua; com isso, os falantes criam novas expressões negativas com o intuito de garantir o poder expressivo que se esvai.

A motivação, que consideraremos de valor nomológico, para os processos de gramaticalização, como o que analisamos referente à negação, parece, assim, envolver propriedades de linguagem que devem ser buscados além da exclusiva consideração de aspectos formais e semânticos que participam da estruturação dos sintagmas abordados nos limites do que chamamos tradicionalmente de oração.

Reencontramos, nesse ponto, o que já dissemos a respeito das escolhas epistemológicas da teoria da Gramaticalização. Trata-se, deste modo, de levar em consideração a língua pública ou língua-E como objeto empírico e, no interior dessa matéria, analisar a dinâmica das intenções subjacentes, o que tem, como também adiantado na seção 5, um papel determinante na formulação do objeto de estudo da teoria da Gramaticalização.

O papel e o enquadramento da intencionalidade na teoria linguística é, como já discutido, bastante complexo, implicando também a reflexão sobre essa noção e o conceito de subjetividade e suas manifestações na forma dos enunciados. De nossa parte, tomamos como reflexão, como já apontado, as noções de subjetificação e intersubjetificação que têm embasado muitos autores na abordagem de fenômenos de gramaticalização (STEIN e WRIGHT, 1995; TRAUGOTT e DASHER, 2005; DAVIDSE *et alii*, 2010). Assim, na nossa visão dos fatos, ao buscar a inovação na linguagem, o falante visa a se constituir como sujeito nas trocas simbólicas estabelecidas por um mecanismo psicossocial nomeado de luta pelo reconhecimento (VITRAL, 2012, 2015; HONNETH, 2003).¹²⁵

125 Detalhar a utilização da noção de subjetificação/intersubjetificação, ainda que necessário, ampliaria nossas tarefas neste texto. A fim de que o leitor possa ter alguma informação do uso que fizemos dessa noção, comento, nesta nota, trechos de

O mecanismo psicossocial da luta pelo reconhecimento tem o papel, na filosofia moderna, de estabelecer a coesão orgânica da sociedade na medida em que permite o reconhecimento intersubjetivo da particularidade de cada indivíduo. A partir daí, para Mead (2006 [1934]), um sujeito só pode adquirir consciência de si mesmo à medi-

Vitral (2015), nos quais propomos análise de formas perifrásticas com base nessa perspectiva. Assim, para desenvolver essa análise, nosso texto tomou como objeto empírico a criação e evolução, nas línguas em geral, das formas perifrásticas compostas por um auxiliar e um verbo lexical. Com base em trabalhos que se iniciam por Meyer-Lubke (1914), passando por Vossler (1922); Meillet (1928); Bally (1935); Damourette e Pichon (1936); Mattoso Câmara (1956) e Coseriu (1957), Fleischman (1982) propõe um tratamento contemporâneo para a formação do futuro perifrástico, partindo da constatação de que, acoplada à alternância de formas sintéticas e analíticas na formação dos tempos verbais, ocorre, concomitantemente, alternância no que refere à expressão dos conteúdos de temporalidade e de modalidade das formas, de maneira que a quantidade de temporalidade ou de modalidade está sujeita a flutuações. Quanto mais a forma expressar o conteúdo de tempo propriamente dito menor é a sua força modal e vice-versa, ou seja, quando mais conteúdos modais forem expressos – como obrigação, volição, permissão, certeza, probabilidade (...) – menos nítida é a expressão do tempo. Assim, quando a expressão da temporalidade se torna nítida, os falantes partem em busca de uma nova forma (no mais das vezes, perifrástica) que reponha a modalidade perdida no processo de temporalização. A autora complementa sua proposta elaborando a noção de *relevância do presente*, que está subjacente à formação das formas verbais compostas. Com vistas a tratar a razão de os falantes criarem as inovações analisadas a partir do tempo presente, partimos da noção de *subjetificação*, que retoma, como se sabe, intuições capitalizadas por Benveniste (1976 [1966]) e é utilizada por várias perspectivas teóricas. Consideramos a perspectiva de Langacker (1990, 2006) que destaca os recursos da linguagem que permitem ao falante exprimir conteúdos que dizem respeito à relação entre sua localização e a dos participantes do evento no que concerne às dimensões de tempo e lugar. Com base nessa proposta, o fundamento da relevância do presente deve ser visto como um recurso de linguagem que funciona como um tipo de “eixo”, conectando a enunciação e o sujeito, o que determina aspectos de forma das escolhas dos falantes. O tempo presente é ainda um recurso que permite levar formas de uso normalizado a serem convertidas em formas de uso inovador. Continuando nossa articulação de conceitos, a pergunta seguinte foi a que se deve a necessidade do falante de buscar a inovação linguística, impondo-se como sujeito na expressão de sua subjetividade. Para examinar essa questão, utilizamos a noção de *luta pelo reconhecimento* que, oriunda da filosofia moderna, tendo como principais referências as contribuições de Maquiavel (1986 [1515]), de Hobbes (1983 [1651]), Hegel (1992 [1893]), é desenvolvida por Honneth (2003), o qual se baseou também no trabalho de Mead (2006 [1934]).

da que desenvolve a habilidade de se perceber a partir da perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa. Pensando em como se estabelecem, advindas da relação com o outro, as noções morais que introjetamos, Mead propõe a hipótese, também desenvolvida por autores de horizontes teóricos distintos, como Lacan (1966a, 1966b) e Winnicott (1975) de que as normas sociais que adquirimos vêm a partir do outro: é a partir do que supomos que o outro aprova ou desaprova que formamos nossas normas morais internas. Mead chama isso de *outro generalizado*. Assim, na medida em que a criança, na primeira fase da aquisição da linguagem, reconhece seus parceiros de interação pela via da interiorização de suas atitudes normativas, ela própria pode saber-se reconhecida como um membro de seu contexto social de cooperação. Ocorre, assim, a inclusão e a adequação do sujeito num grupo ou numa comunidade. Mas há, por outro lado, uma impulsividade que leva o sujeito a divergir das normas sociais buscando satisfazer-se individualmente e reivindicando, na sua comunidade, a legitimidade de seus desejos como indivíduo, ou, em outras palavras: o sujeito procura constantemente ampliar as normas de maneira a conferir expressão social à impulsividade e à criatividade do seu eu. Enfim, haverá sempre, no sujeito, uma tensão entre a vontade da comunidade internalizada por meio de normas e as pretensões de individuação, o que é o motor da criatividade.¹²⁶

Assim, o que o falante deseja é, em última instância, o próprio reconhecimento pelo outro de seu estatuto como sujeito. A nossa proposta é que a inovação linguística, tratada por meio da noção de subjetificação/intersubjetificação, é gerada, portanto, no contexto de busca de reconhecimento e processa-se da seguinte maneira: na

126 Desenvolver essas propostas em profundidade exigiria explicitar o papel da noção de identificação e de suas implicações na formação do aparelho psíquico ou na constituição do sujeito e também o modo como se dá a implementação social das inovações, mas não há como fazê-lo neste contexto (VITRAL, 2012, 2015).

medida em que uma dada forma se espraia na língua e sua frequência de uso aumenta, ela reduz sua capacidade de ser um trunfo na luta por reconhecimento por parte de um sujeito. Assim, formas inovadoras são criadas pelos falantes de maneira a reaver a capacidade de ser trunfo na luta por reconhecimento que se reduz, ou é perdida, pelas formas conservadoras.

Em Vitral (2015), desenvolvemos ainda a proposta de que o que chamamos de perda de trunfo na luta pelo reconhecimento se instala de acordo com a hipótese: (i) O distanciamento subjetivo da forma se deve a seu espraio, ou seja, na medida em que há aumento de extensão da forma seu caráter subjetivo se esvai. Assim, a incorporação ao conjunto da língua de uma forma e seu espraio em outros contextos, deixando a forma disponível para cada vez mais falantes, tem como resultado a perda da expressividade, o que relança a busca pela inovação.

O conjunto de hipóteses que acabamos de expor diz respeito à inovação linguística, ou seja, é, na verdade, a proposta de uma teoria sobre o conjunto de propriedades atuantes na interação entre os falantes que visa a explicar a razão de haver inovação na linguagem.

Essa teoria da inovação linguística, bastante embrionária, é verdade, necessita ainda ser complementada, se quisermos atribuir-lhe caráter nomológico em relação à totalidade das propriedades dos processos de gramaticalização.

Como proposto, dividimos os estágios do ciclo da gramaticalização em dois grupos de subestágios, como repetido a seguir:

(48) A. item lexical > item gramatical.

B. forma plena > clítico > afixo.

Trata-se, como já apontado, da separação entre os estágios de conteúdo e os estágios de forma dos processos. Ora, nossa pro-

posta explicativa da motivação da inovação linguística diz respeito apenas à etapa (48A). A que se deve o fato de os itens gramaticais continuarem a se transformar de acordo com a subetapa (48B)?

Uma das tarefas em relação à pergunta colocada será definir que propriedades formais caracterizam, na realidade, as denominações clítico e afixo, as quais designam, provavelmente, epifenômenos que deverão, assim, ser explorados teoricamente. Em Vitral e Ramos (2006), mostramos que não há homogeneidade de propriedades quando se compara o que é rotulado de clítico em línguas diferentes ou mesmo na mesma língua numa mesma sincronia e em sincronias diferentes. Não desenvolveremos, porém, essa tarefa neste espaço.

Ainda em relação à pergunta sobre (48B), em Vitral (2015), buscamos um encaminhamento de resposta partindo da proposta Horn (1985, 2007), um dos mais destacados teóricos da pragmática neogriceana, que recoloca as máximas de Grice (1965), defendendo a hipótese que bastam dois princípios: o princípio Q (da quantidade) e o princípio R (da relação), o que resulta na seguinte formulação:

(49) A. O Princípio-Q:

Torne sua contribuição suficiente;

Diga tanto quanto você possa (dado o Princípio-R).

B. O Princípio-R:

Torne sua contribuição necessária;

Não diga mais do que é necessário (dado o Princípio-Q)¹²⁷
(HORN, 2007 *apud* HUANG, 2009, p.122 [tradução nossa])

127 "A. The Q-principle

Make your contribution sufficient;

Say as much as you can (given the R-principle).

B. The R-principle

Make your contribution necessary;

Say no more than you must (given the Q-principle)".

A ocorrência de redução formal apontada pode encontrar nessa perspectiva sua motivação. Estamos atentos ao fato de que os princípios pragmáticos de Horn são inteiramente compatíveis com a proposta gerativista de um princípio de terceiro fator (“third factor principle”) de computação mínima¹²⁸, ou seja, não exclusivo da faculdade de linguagem, mas de aplicação cognitiva mais ampla, que prevê o seguinte: Pronuncie o mínimo possível (“Pronounce as little as possible”) (CHOMSKY, 2013, p.41); um princípio dessa natureza foi proposto, como discutiremos na seção 9.1, nas análises gerativistas que toma por objeto a constatação de um processo de gramaticalização. Observe-se, no entanto, que tal princípio não é um componente do sistema computacional ou Língua-I, como o próprio Chomsky o admite, mas um princípio de “terceiro fator” de validade em outros módulos mentais (BERWICK; CHOMSKY, 2011; VITRAL, 2016b). Consideraremos, assim, que o princípio cognitivo chomskiano sintetiza os princípios pragmáticos de Horn, concebido, desta forma, no nosso modo de ver, como um princípio subjacente à interação linguística.

Podemos agora pensar a relação entre as duas propostas explicativas para os dois grupos de subestágios de (48): a busca de reconhecimento, tratada pelas propriedades que extraímos das noções de subjetificação/intersubjetificação provoca a formação de um recurso ou de uma expressão inovadora na linguagem que, num

128 Em Chomsky (2005, p.6), o autor propõe que a faculdade de linguagem compartilha propriedades gerais de outros sistemas biológicos. Três fatores têm, assim, relevância na determinação das propriedades da linguagem: “1. A dotação genética... que interpreta parte do ambiente como experiência linguística...2. Experiência, que conduz à variação...3.Princípios não específicos à faculdade de linguagem...(tradução nossa de: “1.Genetic endowment... which interprets part of the environment as linguistic experience’ 2. Experience, which leads to variation.... 3. Principles not specific to the faculty of language...”). Esses últimos são chamados de princípios de terceiro fator (VITRAL, 2016b).

segundo momento, devido à sua normatização e espraiamento da língua passa a seguir um percurso de redução motivado pelos princípios pragmáticos propostos em (49) (VITRAL, 2015).

Veremos ainda, na seção 9.2, mais detalhes de como nossa abordagem dos processos de gramaticalização pode ser incorporada a um conjunto de pressupostos teóricos que lhes confere poder explicativo.

REVISÃO

Bruna Toso

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos
estudos em linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049